



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 4ª Região
(RJ - ES)

DECISÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da análise dos recursos interpostos pelas leiloeiras Sandra Sevidanes e Juliana Vettorazzo, por meio de Peticionamento Eletrônico (enviado por meio de correio eletrônico), datados de 02 de março de 2021, no âmbito do Edital de Credenciamento nº 001/2020, conforme processo administrativo 086/2019, referente a habilitação dos Leiloeiros Fábio Manoel Guimarães, Fernando Caetano Moreira Filho, Jonas Gabriel Antunes Moreira, Lucas Rafael Antunes Moreira e Wilkerson Machado dos Santos, bem como das contrarrazões apresentadas, também por meio de Peticionamento Eletrônico (enviado por meio de correio eletrônico), pelos Leiloeiros Wilkerson Machado dos Santos e Fabio Manoel Guimarães, datada de 05/03/2021 e 09/03/2021, respectivamente.

2. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

2.1. Recurso administrativo, em sentido amplo, é expressão que designa os meios postos à disposição dos administrados para requerer que a Administração reveja seus atos. A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos ligantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

2.2. Ademais, assim dispõe a Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da informação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 4ª Região
(RJ - ES)

- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

2.3. Apresentadas as razões recursais, a Comissão poderá adotar as seguintes posturas:

- 1) conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e, no mérito, acolhê-lo, realizando um juízo de retratação e, desse modo, reconsiderando sua decisão e revendo seus próprios atos;
- 2) não conhecer do recurso (juízo negativo de admissibilidade), em razão da ausência de algum requisito de admissibilidade recursal;
- 3) conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e manter a sua decisão, devendo prestar as devidas informações à autoridade competente para o efetivo julgamento do recurso.

2.4. Os pressupostos recursais da licitação pública são aqueles requisitos que devem ser preenchidos sob pena de nem sequer serem conhecidos pela Administração. Assim se manifestou o Tribunal de Contas da União:

“Para que o recurso seja conhecido, todos os requisitos de admissibilidade devem estar preenchidos cumulativamente. A ausência de qualquer um deles obsta o processamento do recurso” - Acórdão 214/2017 - Plenário.

2.5. Nesse contexto, colacionamos trechos do artigo A licitação e seus Procedimentos Recursais (XIMENES, Fabio. A Licitação e seus procedimentos recursais, 2012. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7665/A-licitacao-e-seus-procedimentos-recursais>>. Acesso em: 30 set. 2020.):

Pressupostos objetivos:

- a) Existência de ato administrativo decisório: Somente se pode recorrer se houver uma decisão sobre determinada fase do procedimento.
- b) Tempestividade: os recursos devem ser interpostos nos prazos prescritos em lei sob pena de decadência.
- c) Forma escrita: os recursos, em regra, devem ter forma escrita, endereçados à autoridade que praticou o ato (...).
- d) Fundamentação: “o recorrente tem o dever de fundamentar sua insatisfação. Não se conhece um recurso que não apontar defeitos, equívocos ou divergências na decisão recorrida”. (cf. Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo, Dialética, 2008, p. 850).

Pressupostos subjetivos:

- a) Legitimidade recursal: é atribuída aquele que participa da licitação, em regra, o licitante. Assim, não possui legitimidade recursal o terceiro que não participa do



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 4ª Região
(RJ - ES)

certame. Deve haver, portanto, legítimo interesse na licitação, no contrato ou no cadastramento.

Dessa forma, “não se admite, contrariamente ao que ocorre no Direito Processual, recurso ao terceiro prejudicado. A condição de terceiro elimina o cabimento do recurso. Se o terceiro for prejudicado caber-lhe-á exercer o direito de petição”. (ob. cit. p. 847)

b) Interesse recursal – deriva da lesividade da decisão aos interesses do particular. Para Marcelo Palavéri consubstancia-se “na prova de que a decisão da qual se recorre é lesiva ao seu interesse, pois lhe fere direitos, ou prejudica sua posição perante o certame. Nesse sentido, admite-se o recurso daquele contra quem tiver sido proferido determinado ato, como, por exemplo, de inabilitação, havendo interesse processual em discutir a matéria por pretender se ver habilitado para que possa prosseguir na disputa.

Também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, posto que no contexto da disputa seja de seu interesse o alijamento dos seus contendores”. (cf. in Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009, p. 869).

2.6. Nessa mesma linha, em outras palavras, são requisitos de admissibilidade recursal:

2.6.1. Sucumbência: somente aquele que não logrou êxito em habilitar-se no certame é que atende a esse pressuposto;

2.6.2. Tempestividade: a apresentação do recurso deve se dar no prazo previsto no Edital;

2.6.3. Legitimidade: esse pressuposto só existe quando a parte que interpuser o recurso for a parte sucumbente;

2.6.4. Interesse: esse requisito se traduz no binômio necessidade/utilidade, sendo necessário quando não houver outro meio de provocar a modificação do ato recorrido e útil quando o recurso tiver o condão de proporcionar situação mais vantajosa do que aquela que está sendo questionada;

2.6.5. Motivação: exposição objetiva do conteúdo da irresignação do interessado em relação ao ato decisório.



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 4ª Região
(RJ - ES)

3. DA ANÁLISE DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

3.1. Após essa breve explanação, passa-se a análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos e contrarrazões apresentados:

3.1.1. Sucumbência: Atendido, uma vez que os interessados participaram do credenciamento;

3.1.2. Da Legitimidade: Atendida, vez que os recursos e contrarrazões foram apresentados pelas partes sucumbentes;

3.1.3. Do Interesse: Atendido, posto que o ato decisório incide diretamente sobre o interesse dos postulantes;

3.1.4. Da Motivação: Atendido, haja vista que o conteúdo das petições tem relação com o ato decisório; e

3.1.5. Da Tempestividade: Atendido, vez que os pedidos e contrarrazões foram apresentados tempestivamente, nos termos do Edital.

4. DAS ALEGAÇÕES

4.1. Para a interposição dos recursos, foi utilizado pelas Leiloeiras Sandra Sevidanes e Juliana Vettorazzo o argumento de que o exercício da função de Leiloeiro Público Oficial no Estado do Rio de Janeiro requer a inscrição no CAD-ICMS, conforme previsto na Resolução SEFAZ nº 994/2016, bem como na Portaria SUCIEF 003/2015.

4.2. Para embasamento desta decisão, foi realizada consulta a SEFAZ, em 09/03/2021, cujo retorno está descrito abaixo:

"A pessoa física que exerça atividade de leiloeiro público está obrigada à inscrição no CAD-ICMS, conforme inciso II do artigo 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. As operações realizadas mediante leilão estão disciplinadas no Livro XIV do RICMS-RJ/00."

4.3. No que tange as contrarrazões apresentadas pelos Leiloeiros Wilkerson Machado dos Santos e Fabio Manoel Guimarães, os mesmos alegam que a inscrição no CAD-ICMS é obrigatória apenas as pessoas físicas que exerçam atividades com a finalidade de comercialização.

4.4. Diante das manifestações diversas, a Comissão de Licitações do CRN-4, mediante orientação do setor jurídico desta instituição, encaminhou novo pedido de esclarecimento a SEFAZ, em 16/03/2021, sobre a obrigatoriedade de inscrição do Leiloeiro Público no CAD- ICMS. Observa-se que deste questionamento foi dado o seguinte posicionamento:

"A pessoa física que exerça atividade de leiloeiro público está obrigada à inscrição no CAD-ICMS, conforme inciso II do artigo 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. Observe que o artigo 8º do Livro XIV do RICMSRJ/00 dispõe que é



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 4ª Região
(RJ - ES)

atribuída ao leiloeiro a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS incidente na saída de mercadoria ou bem arrematados nos casos de: I - remessa por pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto; II - terem sido apreendidos ou abandonados; III - leilão administrativo ou judicial; IV - leilão de animais. As operações realizadas mediante leilão estão disciplinadas no Livro XIV do RICMS-RJ/00."

5. DA DECISÃO

5.1. Pelo exposto, observando os pressupostos legais e os princípios administrativos que norteiam a atividade pública, esta comissão, na figura de sua coordenação, **decide pelo acolhimento do recurso das Leiloeiras Sandra Sevidanes e Juliana Vettorazzo**, e pelo não acolhimento das contrarrazões apresentadas pelos Leiloeiros Wilkerson Machado dos Santos e Fabio Manoel Guimarães, inabilitando os leiloeiros Fábio Manoel Guimarães, Fernando Caetano Moreira Filho, Jonas Gabriel Antunes Moreira, Lucas Rafael Antunes Moreira e Wilkerson Machado dos Santos.

5.2. Informamos, através deste, que a próxima etapa da seleção, a constar o sorteio dos Leiloeiros Habilitados, ocorrerá em 05/04/2021, às 15:00 horas, via plataforma digital, disponível no endereço <https://meet.google.com/qat-owdf-tqz>, com exceção de mudança proporcionada por Decreto, no tocante as restrições de atividades impostas pelos governos Estadual ou Municipal, em decorrência da epidemia de Covid-19.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021

João Guilherme Calixto Almeida
Coordenador da comissão de Licitação